

ESTRATÉGIAS EM INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA A PARTIR DA ANÁLISE DO INVESTIDOR E DOS TÍTULOS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Warlem Luan Soares Leal¹
Elisângela Leitão de Oliveira²
Líbia Pérsia Romão³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma sugestão de estratégias em investimentos de renda fixa. Para tal, em termos específicos, serão descritos: a importância do planejamento e sua correta execução, as opções de investimentos disponíveis e suas características, de forma sucinta descreveu-se tipos de comportamento humano frente às intempéries existentes no mundo dos investimentos. A natureza da pesquisa foi de caráter descritivo, com método de análise cunho qualitativo, buscando em artigos científicos, livros, revistas especializadas, sites obter todos os dados necessários. Com isso, observou-se que o conhecimento sobre investimentos e tolerância aos riscos não são suficientes para a elaboração de estratégias de investimentos, além de tudo isso, é necessário que se determine previamente um objetivo a ser alcançado com aquela aplicação. Assim, percebe-se que para lograr êxito ao efetuar aconselhamento sobre aplicações em investimentos é preciso possuir ainda que em níveis pouco elevados, conhecimentos em algumas áreas, dentre elas: educação financeira, economia, comportamento humano.

Palavras-chave: Renda fixa, Consultoria, Educação financeira, Investimentos.

ABSTRACT

This article aims to present a suggestion of strategies in fixed income investments. Specifically, the following will be described: the importance of planning and its correct execution, the available investment options and their characteristics, briefly described types of human behavior in the face of the weather in the investment world. The nature of the research was descriptive, with a qualitative analysis method, seeking in scientific articles, books, journals, websites to obtain all the necessary data. Thus, it was observed that knowledge about investments and risk tolerance are not sufficient for the elaboration of investment strategies, besides all this, it is necessary to determine previously a goal to be achieved with that application. Thus, it is clear that in order to be successful in advising on investment applications, it is necessary to have, even at low levels, knowledge in some areas, including financial education, economics, human behavior.

Keyword: Consulting, Fixed income, Financial education, Investments

¹ Graduando no Curso em Ciências Contábeis da ESO, UEA, Manaus-AM, ²Professora Mestra, Coordenadora no Curso em Ciências Contábeis da ESO, UEA, Manaus-AM, eloliveira@uea.edu.br, ³Professora Especialista no Curso em Ciências Contábeis da ESO, UEA, Manaus-AM, lpersia@uea.edu.br.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário econômico e político onusto de incertezas, os indivíduos da sociedade buscam adaptar-se a essa realidade de maneira que os satisfaçam e tragam maiores benefícios, fazendo com que possam obter maiores rendimentos financeiros e, por consequência, maior poder de compra.

Ademais, a maneira como este indivíduo irá adaptar-se a essa nova realidade, dependerá, intrinsecamente, do método que este gerencia e administra as finanças pessoais. Com essa perspectiva, a educação financeira torna-se um fundamental instrumento de ordenamento dos recursos financeiros individuais, na medida em que poderá propiciar um maior conhecimento para a melhor tomada de decisões.

Com base nesse conjunto, o mercado financeiro se apresenta como uma possibilidade de ascensão financeira e de obtenção de rendimentos extras, dado que os indivíduos – ou possíveis investidores - fazem frente ao novo cenário assumindo obter maiores recursos. No mais, a concretização da inserção desse investidor no mercado financeiro, dependerá do nível de risco que este está disposto a assumir frente aos ganhos esperados do investimento.

Assim, ao procurar adentrar no mercado financeiro, o investidor, no primeiro momento, busca sempre investimentos dos quais o propicie uma maior segurança e estabilidade financeira, e ao observar as diversas opções de investimentos, os que mais se encaixam nestes requisitos, são as modalidades de investimentos em renda fixa.

Nesse sentido, este pesquisa buscou identificar as possibilidades de investimentos em renda fixa tendo por fim a consultoria ao investidor, com base tanto no perfil deste investidor como também das diversas alternativas de investimentos à disposição no mercado financeiro nesta modalidade.

A temática proposta, portanto, se justifica pela possibilidade de contribuir de forma efetiva e eficaz, tanto para as pessoas físicas como pessoas jurídicas, sobre a fundamental importância de organização e planejamento financeiro, diante da prática de consultoria financeira, tendo em vista o cenário de grandes riscos na aplicação de recursos no mercado financeiro sem a devida instrução. Assim, mediante este estudo, será possível obter novas informações e conhecimentos para boa execução de tomadas de decisões, de questões que não eram identificadas.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Finanças pessoais e Planejamento Financeiro

Comumente se observa na sociedade moderna, a exacerbada discussão acerca da necessidade de planejamento em diversos aspectos da vida do ser humano. Mas o que vem a ser esse planejamento e como aplica-lo no cotidiano? Segundo Luck (2000, p. 6): “O planejamento é um processo que, ao considerar a realidade, sempre complexa, dinâmica e contraditória, é efetivado de modo dinâmico, pelo pensamento interativo entre diferentes dimensões, em vista do que não deve ser praticado linearmente”.

Dessa forma, o planejamento exerce fundamental importância no dia a dia das pessoas. E quando analisamos o cotidiano destes indivíduos, percebe-se que estes constantemente executam ações pertinentes aos seus recursos financeiros, como por exemplo, compra de bens ou serviços, abertura de uma conta bancária ou mesmo pagar uma dívida com cartão de crédito ou débito.

Para a realização eficiente dessas atividades, portanto, é necessária uma gama de informações e conhecimentos adequados, de maneira que o indivíduo tenha a possibilidade de escolher o que melhor se adequa à sua realidade, e o que o trará maiores benefícios futuros. Assim, aplicar o conhecimento aprendido a partir da educação financeira torna-se essencial para gerir as finanças pessoais.

Segundo Braido (2014), uma boa parte da população não detém conhecimentos

necessários acerca de temas voltados para área de planejamento financeiro pessoal e educação financeira, ainda que tal temática seja abordada comumente em fóruns estudantis e congressos, e por isso os indivíduos acabam não realizando a parte prática do conteúdo.

“Talvez esse aparente desinteresse decorra do fato de acharmos que sabemos mais sobre o uso do dinheiro do que realmente sabemos, e isso pode trazer a falsa sensação de que dominamos os assuntos relacionados à gestão financeira. Pesquisas revelam que 3 em cada 4 famílias sentem alguma dificuldade para chegar ao fim do mês com seus rendimentos” (BCB,2013 p. 11).

De certo, muitas famílias buscam sempre alcançar maiores escalas de renda e aumentar seu poder aquisitivo, para assim obter maiores níveis de satisfação ou mesmo atingir um padrão de vida de maior qualidade. Essa incessante e muitas vezes árdua busca pode ser, em grande medida, contornada por um melhor planejamento pessoal financeiro, na medida em que se consegue alocar de maneira mais eficiente os recursos escassos.

“A estabilidade financeira é o desejo de todas as pessoas que buscam a satisfação pessoal, a possibilidade de equilibrar os gastos com as necessidades básicas e com os desejos é um sonho de muitas famílias, aliado a um bom planejamento financeiro é possível que se torne uma prática saudável” (SILVA, 2016 p.1)

Para Cherobim (2010), o planejamento pessoal está atreado aos objetivos que cada pessoa tem na vida, que a partir disso iniciam com o planejamento estratégico pessoal, no qual cada pessoa define o que quer daqui a um ano, dez anos e para o resto da vida.

“O planejamento financeiro pessoal, não é algo intangível muito menos estático, ou rígido, pelo contrário é um plano que as pessoas fazem de acordo com os seus valores e objetivos buscando assim alcançar determinadas aspirações, sendo elas de curto, médio ou longo prazo. Antes mesmo de elaborar um planejamento financeiro pessoal se faz necessário esclarecer conceitos, percepções de realidade, desejo, poder, sonho, risco e estilo de vida”. (FRANKENBERG, 1999 apud LHC Faria, 2008 p. 24).

Além disso, para Weeks (2017 p.147), “deve-se ter em mente que administrar suas finanças pessoais é como administrar um negócio. Para evitar dificuldades financeiras, você tem que ficar de olho em quanto dinheiro entra e quanto sai, e encontrar formas de equilibrar essa renda com as despesas.”

A necessidade de gerenciar as finanças pessoais é de suma importância para o alcance dessas metas futuras. Segundo Gitman apud LHC Faria (2008), tais finanças consistem na: [...] arte e ciência de gerenciar fundos que afetam a vida. Diante disso, deve-se entender que administrar e planejar não é algo tão somente voltado para empresas, mas também faz parte do cotidiano dos indivíduos quando o assunto é finanças.

Ademais, realizar um planejamento financeiro de forma eficiente e eficaz requer dos indivíduos, um conhecimento e prática do que se entende por educação financeira. Para se ter uma vida financeira mais estável, é de suma importância ter disciplina e foco para realizar o objetivo planejado. O sucesso financeiro pessoal, depende, de um modo geral, de como os indivíduos podem melhor alocar seus recursos e o processo de gestão financeira pode trazer

maiores benefícios a aqueles que o praticam.

1.2. Investimentos em renda fixa no mercado financeiro: vantagens e desvantagens

1.2.1. Investimentos

Assim como qualquer outra tomada de decisão na vida envolve certos riscos, no cenário de aplicações não seria diferente. Para melhor compreensão sobre investimentos de renda fixa no mercado financeiro há de se primeiro entender o que é o investimento, Assaf (2005) define que o mesmo representa a ampliação de capital em alternativas que promovem o aumento efetivo da capacidade produtiva de um país, determinando maior capacidade futura de gerar riqueza (rendas).

Vale ressaltar que, sem o entendimento básico financeiro há dificuldade para serem tomadas decisões referentes a gestão de suas finanças. Quando se tem um conhecimento sobre, as decisões que são tomadas perante poupança, empréstimos ou investimentos, a capacidade de se escolher adequadamente onde investir, como e quanto é maior. Desta forma, investir está ligado diretamente a conseguir criar a capacidade de gerar novas riquezas através do que se tem no presente momento.

1.2.2. Investimento em renda fixa

De acordo com Lima (2004), a escolha de onde investir o dinheiro está inerentemente atrelada ao nível de risco que se deseja assumir, frente ao retorno esperado, motivo pelo qual a moderna teoria de finanças dedica atenção especial a esses parâmetros.

Existem dois principais segmentos de Investimentos: Renda Fixa e Renda Variável. Falando um pouco sobre a Renda Fixa, esta é uma aplicação em que uma pessoa empresta dinheiro a terceiros propriamente ditos, como bancos ou o Tesouro Nacional, e recebe um valor em troca por isto.

“São investimentos que pagam, em períodos definidos, a remuneração correspondente a determinada taxa de juros. Essa taxa pode ser estipulada no momento da aplicação (prefixada) ou calculada no momento do resgate (pós-fixada), com base na variação de um indexador previamente definido acrescido ou não de uma taxa de juros. Nessa modalidade de investimento, existe o risco de crédito”. (BCB,2013 p.46).

Pode-se citar um caso de uma pessoa que necessita de um empréstimo para adquirir um bem ou quitar uma dívida e dirige-se ao banco para conseguir o que deseja, o banco, por outro lado, para efetivar este empréstimo necessita de dinheiro, ele empresta este valor do investidor, ao qual pagará juros, e, ao repassar este valor ao cliente, cobra juros sobre o valor ao qual repassará futuramente ao seu financiador. Ou seja, empresta, por exemplo, a juros de 70% (setenta por cento) e toma emprestado a juros de 7% (sete por cento), e todos os envolvidos na operação conseguem o que querem.

Vale lembrar que, ao se falar de títulos de renda fixa entende-se que estes possuem regras definidas acerca do montante de capital investido, onde a remuneração ou a forma de calculá-la está pré-definida (valor nominal ou conforme indexador), e ainda, pode diferenciar-se dependendo do tipo de emissor, prazo e investimento aplicado inicialmente. Segundo Assaf Neto (2012), o lucro obtido no mercado de renda fixa, por meio do investimento realizado, pode ser resgatado no vencimento do título, em datas específicas ou no momento em que o investidor bem entender, dependendo do tipo de operação.

De uma maneira mais clara, o investimento de Renda Fixa Pré-fixada, é quando o investidor já conhece o valor, de forma precisa, da rentabilidade daquele título, a exceção a esta regra é caso venda o mesmo antes do vencimento, o que ocasionaria uma rentabilidade variável. Agora, nos títulos de Renda Fixa Pós-fixada, não há como saber exatamente o quanto de rentabilidade a aplicação irá oferecer por conta de fatores externos que ocorrem após o

investimento.

Neste sentido, é considerado a Renda Fixa, por já existir a provável porcentagem que haverá sobre seu investimento:

“Seu posicionamento dependerá do cenário econômico projetado. Se em seu cenário as taxas de juros apresentam tendência descendente, deverá se posicionar a longo prazo em taxas prefixadas, garantindo o retorno atual que estas estão rendendo. Por outro lado, se a previsão for de taxas de juros em alta, deverá manter suas aplicações com vencimentos de curto prazo em títulos pós-fixados para acompanhar a alta.” (CAVALCANTE, 2009, p. 201).

1.2.3. Principais Indexadores

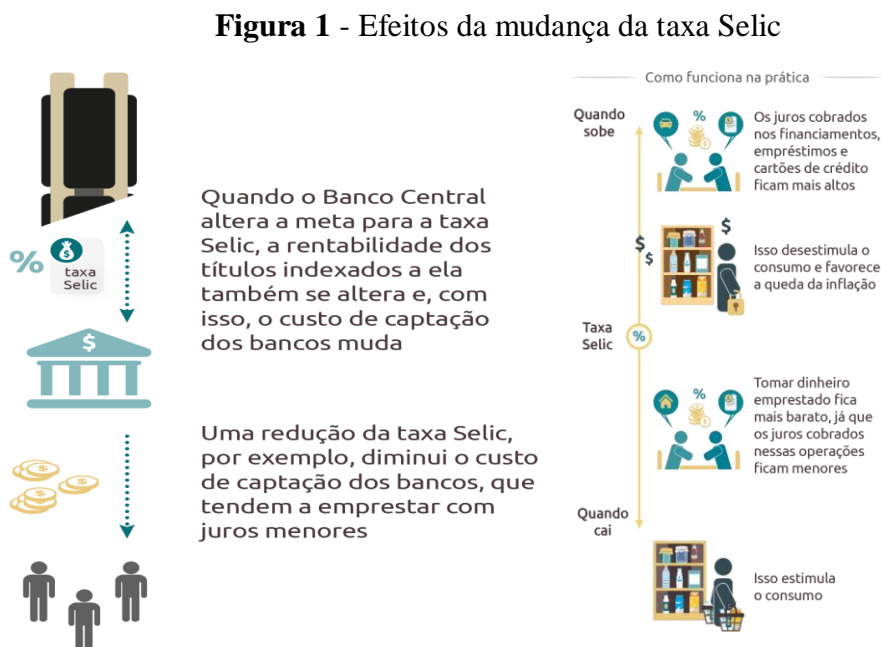
Indexadores são índices preparados para definir o poder de compra da moeda, conforme a variação de mercado.

Os mais utilizados e principais no que se trata de Renda Fixa são:

A Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) que é a taxa básica de juros na economia do Brasil. Segundo o Banco Central (2019): “É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país [...]”.

E ainda: “Refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia”.

E, para melhor esclarecimento, segue figura sobre como se porta a taxa SELIC frente mudanças no mercado:



Fonte: Banco Central do Brasil

A taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) conforme Peixoto, Orti e Sanches (2012, p. 04): “...São aplicações de títulos privados para a obtenção de recursos com as mesmas características do CDB, porém apenas são realizadas entre instituições bancárias, a fim de compensar sua liquidez diária, quando a mesma terminar o dia em déficit.”

E, segundo Bessada, Barbedo e Araújo (2009, p.65), “os contratos de DI de um dia são definidos pela taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia calculado pela CETIP,

expressa em taxa efetiva anual, base de 252 dias uteis”.

O IGP (Índice Geral de Preços): nesta categoria existem duas subclassificações: o IGPDI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna) e o IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), que se diferenciam apenas pelo tempo de medição usado para calcular o índice.

A taxa IGPM é, de acordo com ADVFN (2019) “o indicador de movimento dos preços calculado mensalmente pela FGV - Fundação Getúlio Vargas e divulgado no final de cada mês de referência”.

O IGPM é empregado para reajustar valores pagos por locatários referente a contratos de aluguéis, bem como indexador de tarifas no departamento de energia elétrica.

Conforme a ADVFN (2019), ele desempenha três funções:

1. Ser indicador macroeconômico representando o crescimento do nível de preços;
2. A de deflator de valores nominais;
3. Usado como referência para a correção de preços e valores contratuais.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pode ser definido como a inflação. Ele mede o quanto o dinheiro desvalorizou de um período a outro. Por exemplo, o que se é comprado hoje com dada quantidade de valor monetário, amanhã já não se conseguiria comprar, não pela falta de dinheiro, mas por essa desvalorização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), “tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias”.

1.2.4. Vantagens e desvantagens

Ao avaliar as aplicações em Renda Fixa é de suma importância que o investidor saiba suas vantagens e desvantagens bem como os riscos que tais aplicações possuem. Ao aplicar seu dinheiro em Renda Fixa, o investidor tem, conforme cartilha do Banco do Brasil (2019), a possibilidade de montar a sua própria carteira de acordo com as suas metas, adequando os prazos de investimento bem como os indexadores às suas necessidades. É o tipo de investimento considerado mais conservador do que os de renda variável, ou seja, tem um risco menor.

As vantagens de se investir neste tipo de aplicação, segundo informações colhidas no blog Focalise (2017), são:

- a) Segurança de retorno;
- b) Liquidez alta;
- c) Previsibilidade;
- d) Isenção de Imposto de Renda (somente em algumas aplicações);
- e) Diversificação com rentabilidade e segurança.

As desvantagens são:

- a) Menor chance de ganhos expressivos;
- b) Taxas;
- c) Necessidade de investir valores altos em algumas opções como Letra Financeira.

1.2.5 Tipos de Investimentos em Renda Fixa

1.2.5.1 Tesouro direto

“O Tesouro Direto é uma excelente alternativa de investimento pois oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade, diferentes prazos de vencimento e também diferentes fluxos de remuneração” (TESOURO DIRETO, 2019).

Esse tipo de investimento conta com uma liquidez diária, ou seja, pode ser resgatado a qualquer momento, quando conveniente conforme objetivos. As aplicações são garantidas

pelo Tesouro Nacional. Ou seja, o é um dos investimentos mais seguro do país.

Segue de forma sucinta os tipos de investimentos no Tesouro Direto, conforme consta no site do Tesouro Direto (2019):

a) Pré fixados: sabe-se o montante que receberá no fim da aplicação, no momento em que se aplica o dinheiro, eles têm a taxa de juros fixada. Dá a garantia de renda fixa e o quanto resgatará.

b) Tesouro SELIC: Títulos da SELIC, já que a rentabilidade ocorre conforme a variação desta taxa. Tais investimentos podem ser resgatados sem prejuízos, referente ao valor aplicado, ao investidor (possue menos risco caso seja retirado antes do prazo). Neste, não se sabe ao certo quanto se terá de retorno.

c) Tesouro IPCA: o lucro obtido através deste tipo de investimento está ligado a inflação medida pelo IPCA. Calculado através desta variação mais a uma taxa de juros que é pré-fixada. Assim como o supracitado, não se sabe o rendimento total o qual terá retorno.

1.2.5.2 CDB

De uma maneira geral, como define Peixoto, Dell Orti e Sanches (2012, p. 2):

“O Certificado de Depósito Bancário (CDB) são títulos de renda fixa, utilizados para a captação de recursos, onde instituições financeiras como bancos comerciais, banco de investimentos, banco de desenvolvimento ou bancos múltiplos com carteira Comercial e/ou de Investimento, utilizam-se desses títulos para obter liquidez, com repasse, como forma de empréstimos com remunerações superiores.”

Nesse sentido, o CDB tem como uma de suas principais vantagens a segurança, pois o mesmo conta com o Fundo Garantidor de Crédito no valor de até R\$ 250.000,00, em caso de quebra da instituição emissora (banco), os CDB's possuem suas rentabilidades atreladas aos indexadores citados acima.

1.2.5.3 LCA/LCI

A LCI (Letra de Crédito Imobiliário), conforme Harion Camargo (2017), é um título de crédito financiado por empréstimos imobiliários, que tem garantias por hipotecas ou por alguma alienação fiduciária de imóvel. E ainda, o autor continua, “outra vantagem que conta pontos a favor da LCI é o fato de não incidir taxas sobre ela, como a de administração, por exemplo. E também não ter imposto de renda para PF.” (CAMARGO, 2017, p. 106)

“Se você optar por esse tipo de investimento, está contribuindo para o desenvolvimento do mercado imobiliário brasileiro. Entretanto, esse tipo de investimento não tem liquidez imediata, já que possui um prazo mínimo para investimento. O prazo de resgate é o primeiro dia útil após a carência de 90 dias.” (TOLÊDO, 2015, p. 53)

Já a Letra de Crédito de Agronegócio (LCA) é semelhante a LCI, sendo “ um título de crédito emitido por instituições financeiras públicas ou privadas (bancos), com o objetivo de obter recursos para financiar o setor agrícola” (CAMARGO, 2017, p. 113)

1.2.5.4 Debêntures

Na definição de Martins, as debêntures são:

“Valores mobiliários representativos de um empréstimo público lançado pela sociedade, tendo a natureza de títulos de renda, com juros fixos ou variáveis, considerando-se a sociedade sempre devedora dos debenturistas pelas importâncias por eles conferidas à companhia, ao subscreverem ou adquirirem tais títulos.” (1989, p. 322)

De maneira geral, as debêntures podem ser vistas como uma:

“fração de um contrato de mútuo entre a sociedade anônima e pessoas do público, e conferem ao seu titular, designado de debenturistas, direito de crédito contra ela, consistente em pagamento, na data do seu vencimento, ou em conversão em ações da sociedade.” (OLIVEIRA, 2005, p. 374)

1.2.5.5 Caderneta da Poupança

A caderneta da poupança, nada mais é, de acordo com Jevinski (2016, p. 9): “ [...] um dos investimentos mais populares do país, que conta com simplicidade e baixo risco. Além disso, é garantida pelo governo e suas regras de funcionamento são reguladas pelo BACEN.” Seu funcionamento atende a critérios aos quais o investimento na SELIC também atende, só que, este por sua vez, com maior rentabilidade. A poupança depende da taxa SELIC bem como da Taxa Referencial.

1.2.5.6 Fundo Garantidor de Crédito

Como define Resende:

“O FGC é um mecanismo utilizado por vários países com a finalidade de dar proteção aos poupadores, investidores e correntistas. Permite, em caso de falência, insolvência ou liquidação extrajudicial, a recuperação dos depósitos ou créditos mantidos na instituição financeira. Visa, também, prevenir crises bancárias sistêmicas e ajuda na estabilidade do SFN.” (2018, p.13)

De um modo geral, este Fundo serve para que, caso ocorra falência, intervenção ou liquidação de instituições financeiras ao qual o investidor tenha feito alguma aplicação, o FGC abre um procedimento para que o mesmo não sofra perdas.

De forma clara, e conforme o próprio Fundo Garantidor de Crédito, o propósito da associação é “contribuir para a confiança das pessoas no Sistema Financeiro Nacional” e tem como missão “proteger depositantes e investidores no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, até os limites estabelecidos pela regulamentação; contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e contribuir para a prevenção de uma crise bancária sistêmica.”(FGC, 2017)

Assim, conclui Resende (2018, p.14) que o “objetivo do FGC brasileiro é proporcionar operações de assistência e/ou suporte financeiro, abrangendo operações de liquidez, com as instituições associadas.”

Os investimentos aos quais o FGC cobre são: CDBs, LCIs, LCAs e LCs e outros.

1.3 Tabela regressiva de ir – imposto de renda sobre fundos de investimentos

A alíquota de Imposto de Renda que incide sobre os fundos de investimentos, (ADVFN, 2019) “varia de 22,5% a 15%, dependendo do prazo que o dinheiro do investidor permanece aplicado no fundo de investimento. Os fundos de investimento de ação, entretanto, têm uma tributação fixa de imposto de renda de 15% sobre o lucro.”

A alíquota de imposto de renda (IR) varia de acordo com o tipo de fundo de investimento e incide sobre o total de rendimento das aplicações.

Em fundos de investimento de curto e longo prazo (acima de 365 dias), para fins do Imposto de Renda, é cobrado conforme segue tabela 1:

Tabela 1 – Alíquotas regressivas de imposto de renda sobre investimentos.

Prazo	IR (%)
Até 180 dias	22,5%
De 181 até 360 dias	20%
De 361 até 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Fonte: Autoria própria, com base nos dados da ADVFN.

Um ponto a ser observado é que, conforme Art. 3º, inciso II e IV da Lei Federal nº 11.033/2004, não há incidência de Imposto de Renda sobre investimentos de LCI e LCA.

1.4 Perfil de risco (análise de perfil do investidor)

Para adequar o investidor as diversas possibilidades de investimentos em renda fixa, é necessário, antes de tudo, conhecer o perfil deste investidor e seus objetivos. Essa análise depende de como este mesmo investidor se impõe frente aos riscos de investimentos, levando em consideração suas características pessoais e aspectos sociais, podendo modificar-se ao longo do tempo.

O perfil é determinado pelas características de cada indivíduo, e pelas suas preferências, optando pela sua segurança ou por uma maior rentabilidade, ou seja, um investidor não pode optar por um investimento super seguro com alta rentabilidade, porque é muito difícil de encontra-lo. (TUSSET, 2014, P. 12)

Ademais, para definir o tipo de investidor e garantir que haja uma decisão de investimento mais adequada, as empresas que fazem o intermédio das operações no mercado financeiro utilizam-se de uma metodologia de análise denominada “API - Análise de Perfil do Investidor”, que em outros países é conhecido como “Suitability” (termo em inglês, que significa adequação), realizado através de um questionário de perfil.

A partir disso, é possível determinar qual o perfil dos investidores dentro das três classificações pré-existentes: conservador, moderado e arrojado. Segundo Ushiwa *et al.* (2012), com o passar do tempo, há a necessidade de reavaliar as estratégias e o perfil do investidor, uma vez que muitos fatores podem alterar a perspectiva de investimento deste investidor.

No que diz respeito ao perfil conservador, este corresponde ao investidor que está menos propenso ao risco, optando, geralmente, por investimentos de renda fixa, do qual apresentam juros mais baixos e que lhe proporcionam maior segurança em detrimento de maior rentabilidade. Ainda assim, segundo Ushiwa *et al.* (2012, p.3):

[...] se o sujeito faz parte do perfil conservador isto não significa que esteja restrito somente às aplicações em poupança ou renda fixa. Ele também pode investir na

Bolsa, contanto que procure as empresas mais consolidadas e já estejam dando lucro e distribuindo dividendos há alguns anos.

No caso do investidor moderado, este é considerado como um perfil intermediário, onde geralmente há uma busca por ativos mais seguros (como os de renda fixa), porém pendenciam também para investimentos em ações mais arriscadas (fundos imobiliários, fundo de ações, dentre outros).

Por fim, no que tange ao perfil arrojado, este aceita a maior parte dos riscos dos investimentos, inclusive caso haja perda de capital, priorizando as possibilidades de maiores rentabilidades frente aos riscos do investimento. Geralmente, este investidor detém o conhecimento do funcionamento dos investimentos e está sempre atento às mudanças de mercado.

É importante salientar que independentemente do perfil do investidor, é necessário que o indivíduo busque sempre aprimorar seus conhecimentos na área e ainda, aumente o seu padrão de investimentos de forma a diversificá-lo, para alcançar maiores ganhos e benefícios próprios.

3. METODOLOGIA

No que diz respeito à natureza da pesquisa, classificou-se como pesquisa descritiva. Segundo (GIL, 2008), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesse sentido, a pesquisa buscou discernir e analisar os vários títulos disponibilizados, os perfis de investidor no que se trata de aceitação de riscos e perdas, podendo, assim, construir caminhos para quem deseja investir em renda fixa.

Na abordagem foi utilizado o método qualitativo, para (GOLDENBERG, 1997), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Buscou-se analisar as variáveis que rodeiam os investidores, e os investimentos para propor estratégias para realiza-los de forma a atender as expectativas de quem o faz ou irá fazer, apresentando apenas simulações de valores, sem demonstração de resultados numéricos.

Em relação ao procedimento de pesquisa, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica, que, de acordo com (FONSECA, 2002) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. As fontes das informações que embasam aquilo que foi proposto nessa pesquisa são exclusivamente bibliografias desenvolvidas por outros autores.

Qualquer trabalho inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002).

Sendo assim, a pesquisa coletou informações que possibilitaram a construção de uma compreensão em relação ao perfil do investidor, e aos tipos de aplicações em renda fixa, viabilizando a montagem de estratégias de investimentos em renda fixa. As fontes de pesquisa consultadas foram escolhidas após leitura prévia de sites, artigos científicos, livros, além de materiais audiovisuais que não se fazem presentes no corpo da pesquisa, mas, ajudaram a balizar o processo de seleção das fontes aqui citadas.

Na sequência, analisou-se as características dos títulos de renda fixa para demonstrar

em qual das estratégias aqui propostas cada um dos títulos seria melhor aplicado, para melhor entendimento utilizou-se de gráficos e tabelas criados por outros autores, além de cálculos desenvolvidos para simular o comportamento dos investimentos usados como exemplo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após análise das informações colhidas, entende-se que não é possível responder ao seguinte questionamento: Afinal de contas, qual é a melhor opção de investimento em renda fixa? Para conseguir responder tal pergunta é necessário ir além do entendimento sobre perfil do investidor, indexadores de rentabilidade e as características de cada título, é necessário entender qual é o objetivo do investidor ao aplicar seus recursos em títulos de renda fixa.

O perfil de investidor que mais se adequa às opções oferecidas na gama das aplicações em renda fixa é o conservador, já que estes são as opções mais vantajosas quando se fala de expectativa de retorno do valor investido, o que não impede que investidores mais arrojados busquem em tais títulos alternativas de diversificação de sua carteira.

Há opções de investimentos que possibilitam auferir ganhos extraordinários, dentre elas: ações, fundos multimercado, criptomoedas e etc... Estes destinados aos que têm maior conhecimento e tolerância aos riscos, que são consideravelmente maiores em relação aos títulos de renda fixa.

No processo de consultoria em aplicações de renda fixa, é de fundamental importância entender que o investidor deve ter um objetivo pré-estabelecido, para que se possa fazer a melhor escolha, e não haja arrependimento posterior ou perda de poder de compra do valor aplicado.

O menu de investimentos em renda fixa oferece opções aos que pretendem constituir uma reserva de emergência, acumular recursos para fazer uma viagem ou adquirir um imóvel, receber juros de forma periódica, proteger o dinheiro do efeito corrosivo que a inflação exerce sobre seu poder de compra.

Existem aplicações de curto, médio e longo prazo, há títulos que permitem que o valor investido seja retirado antes da data de seu vencimento (resgate antecipado), outros até autorizam tal operação, mas, possibilitam a perda de parte da quantia investida, algumas opções de investimento possuem garantia do Fundo Garantidor e Crédito (FGC), outras dispensam o pagamento de imposto de renda.

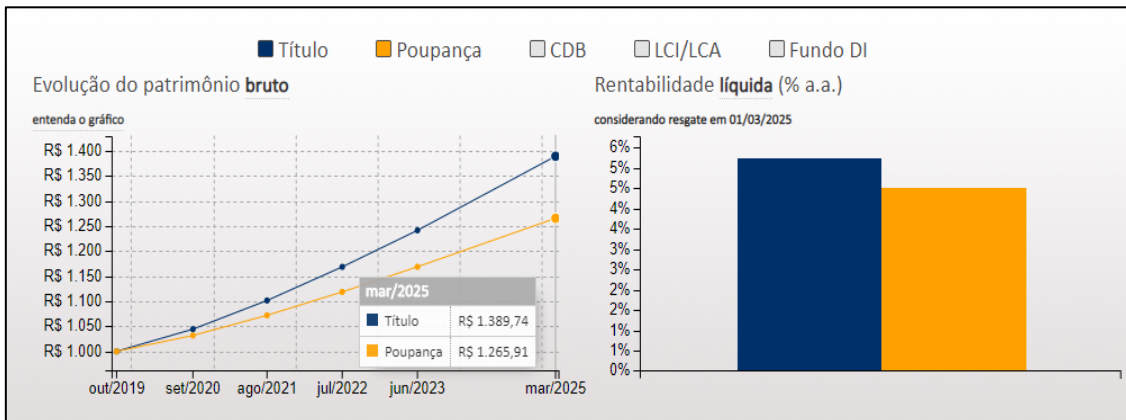
4.1. Reserva de emergência

É imprudente pensar em ganhos futuros sem garantir recursos presentes, nesse sentido, entende-se que é preciso investir em títulos que possuam data de vencimento a curtíssimo prazo, inferior a 1 mês, ou mesmo aplicações de liquidez diária, possibilitando o acesso aos recursos em caso de emergência.

É preciso adotar um modelo de cálculo para formar tal estoque de recursos, entende que é necessário formar uma reserva que tenha capacidade de suprir as necessidades básicas de uma pessoa ou família por no mínimo 6 meses. Para tal, há aplicações mais rentáveis e tão simples e seguras quanto deixar o dinheiro “estacionado” em uma conta bancária, e indica CDB’s de liquidez diária, além do Tesouro Selic que mesmo após os descontos do Imposto de Renda continuam sendo opções mais vantajosas para quem investe.

No gráfico a seguir, tem-se um comparativo entre aplicações no valor de R\$ 1.000,00, realizadas no mês de outubro de 2019, uma em caderneta de poupança, e outra em Tesouro Direto indexado à taxa SELIC. Essa simulação aponta por meio de curva exponencial que caracteriza a ação dos juros sobre juros que o Tesouro Direto SELIC renderá no dia 01 de março de 2025, a quantia líquida de R\$ 389,74, enquanto que a poupança entregará na mesma data o rendimento de R\$ 265,91, tal comparação reafirma o Tesouro Direto SELIC como uma melhor alternativa para quem deseja constituir uma reserva de emergência.

Gráfico 1 – Resultado da Simulação – Tesouro Selic 2025



Fonte: Tesouro Nacional, 2019

4.2. Investimentos de médio e longo prazo

Com a reserva de emergência constituída, pode-se ir a um novo patamar, e pensar em realizar projetos maiores em um futuro próximo, ou mais distante. Quando se deseja adquirir um bem de alto valor aquisitivo como um imóvel, um automóvel ou mesmo uma viagem internacional, o investidor precisa buscar títulos com vencimento ao médio e longo prazo que podem variar de 2 a 20 anos, e que garantam rentabilidade superior à inflação mesmo após o desconto do imposto de renda, preservando assim o poder de compra.

Nesse caso, é interessante olhar para os títulos que sejam remunerados por indexadores como: IPCA + n%, SELIC e n% CDI. Estão nesse lastro o Tesouro Direto IPCA, CDB's, LCI's e LCA's que exigem variados valores iniciais de investimento permitindo o acesso de investidores de todas as faixas econômicas.

Tem-se abaixo a simulação de uma aplicação realizada em um CDB, esse título tem sua rentabilidade atrelada ao percentual total da taxa SELIC. O valor aplicado é de R\$ 1.000,00, o prazo da aplicação é de 5 anos, logo, a alíquota incidente é de 15% sobre o rendimento. Para tornar possível essa projeção, são considerados valores médios anuais fictícios para a taxa SELIC e para o IPCA, sendo respectivamente: 5,6% e 3,53%.

Utilizando a fórmula de juros compostos dada, $M = C.(1+i)^n$, onde:

M = Montante;

C = Capital;

i = Taxa de juros;

n = período da aplicação.

Na tabela 2, aplica-se a taxa SELIC para encontrar o valor total bruto ao final da aplicação:

Tabela 2 – Valor bruto da aplicação

$M = 1000.(1+0,056)^5$
$M = 1000.(1,056)^5$
$M = 1000.(1,31316)$
$M = 1313,16$

Fonte: Aatoria própria, 2019

Encontrou-se o valor bruto de R\$ 1.313,16, e aplica-se na tabela 3 a alíquota de 15% sobre o rendimento para encontrar o valor de retorno após desconto de imposto de renda.

Tabela 3 – desconto do imposto de renda

$1.313,16 - 1.000 = 313,16$
$313,16 * 15\% = 46,97$
$313,16 - 46,97 = 266,19$
$1.000 + 266,19 = 1.266,19$

Fonte: Aatoria própria, 2019

Na tabela 4, para a constatação de ganho ou perda real, aplica-se a taxa IPCA à fórmula de juros compostos para encontrar o valor corrigido pela inflação e compará-lo ao valor líquido da aplicação.

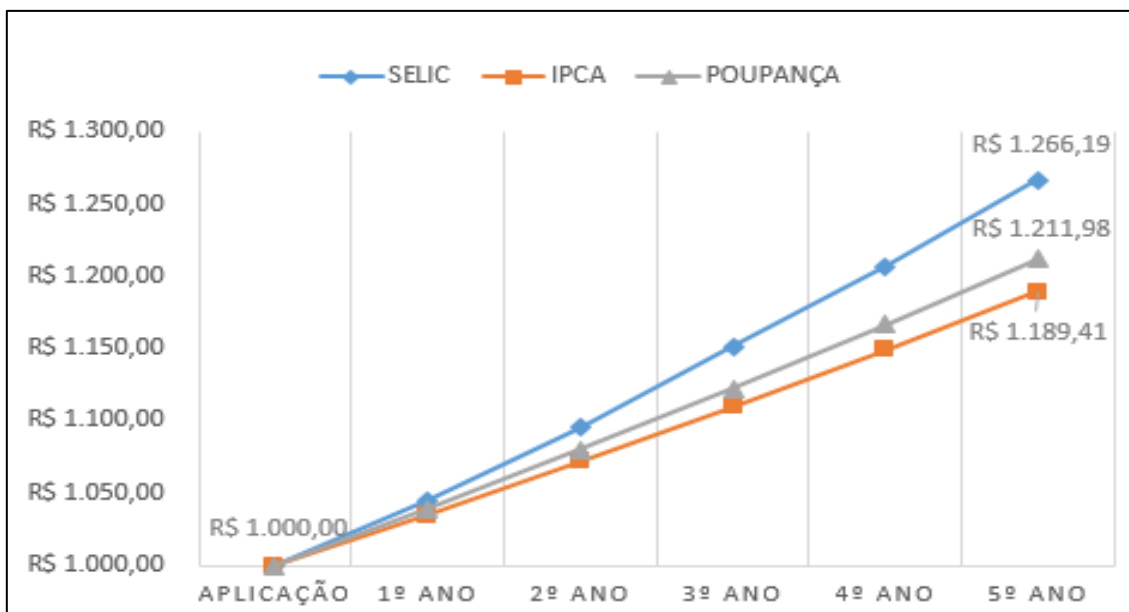
Tabela 4 – Aplicação do IPCA

$M = 1.000.(1+0,0353)^5$
$M = 1.000.(1,0353)^5$
$M = 1.000.(1,18941)$
$M = 1.189,41$
$1.266,19 - 1.189,41 = 76,78$

Fonte: Aatoria própria, 2019

Portanto, nessa simulação a aplicação mantém o poder de compra do valor aplicado, e apresenta ganho real de R\$ 76,78. Para melhor entendimento, o gráfico 2 apresenta o rendimento líquido do CDB, sua comparação com o índice inflacionário IPCA, além da demonstração do rendimento da caderna de poupança, que nesse caso utilizou-se da taxa de 3,92% ao ano, o que representa 70% da taxa SELIC.

Gráfico 2 – Demonstração do rendimento líquido de CDB e comparações



Fonte: Aatoria própria, 2019

4.3. Recebimento Periódico de Juros

Ao investidor que almeja obter renda periódica com o recebimento de juros advindos da rentabilidade acumulada em determinado período, lhe é ofertado algumas opções de aplicações em renda fixa. Deve-se frisar que nesse caso é necessário um volume alto de recursos para que o valor dos juros a ser recebido atenda as expectativas de retorno de quem investe. Essa estratégia deve ser bem pensada, pois com o recebimento dos juros, o capital não cresce, e em médio o longo prazo o mesmo passar a sofrer os efeitos da inflação.

A figura 2 traz uma comparação entre a caderneta de poupança e o Tesouro IPCA+, e demonstra que, mesmo após os descontos de imposto de renda e outros custos que incidem sobre os rendimentos auferidos, o Tesouro IPCA+ ainda se mantém como melhor opção se comparado à poupança.

Para tal comparativo, simulou-se um valor aplicado inicial e único de R\$ 100.000,00, a expectativa de IPCA em 3,53% ao ano, a rentabilidade fixada em 2,51% ao ano, além da expectativa de taxa SELIC em 5,6% ao ano. Os valores líquidos de resgate são de R\$ 138.073,83 se aplicados em Tesouro Direto IPCA+, e R\$ 135.098,48 se aplicados em poupança. Salienta-se que, o montante de R\$ 38.073,83 de rendimentos auferidos com a aplicação no Tesouro Direto em seu vencimento, serão recebidos semestralmente durante todo o período da aplicação.

Figura 2 - Simulação de Aplicação

Simulação detalhada						
TESOURO IPCA+ com juros semestrais 2026		Data de resgate: 15/08/2026	Valor inicial investido: 100.000,00	Aportes Mensais R\$ 0,00	Soma dos valores investidos (nominal): 100.000,00	
Investimento	Valor bruto de resgate (R\$)	Rentabilidade bruta (a.a.)	Custos (R\$)	Valor do imposto de renda (R\$)	Valor líquido de resgate (R\$)	Rentabilidade líquida (a.a.)
Tesouro	149.446,95	6,15	2.012,55	7.579,59	138.073,83	4,91
Poupança	135.098,48	4,57	0,00	0,00	135.098,48	4,57

Fonte: Tesouro Nacional, 2019

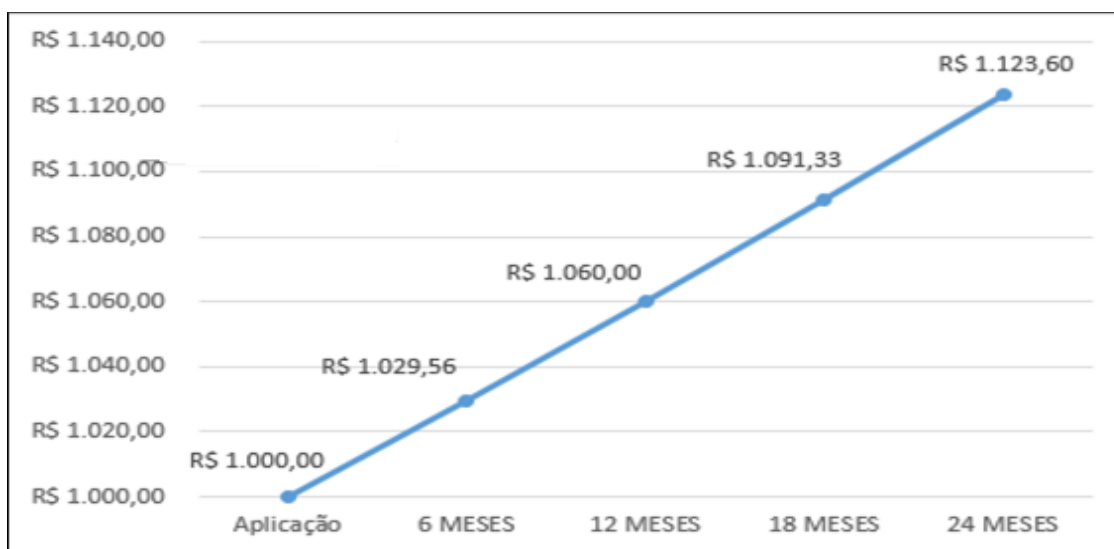
4.4. Saber o valor de resgate no momento da aplicação.

As estratégias de investimentos já apresentadas não demonstram qual será o valor a ser resgatado pelo investidor na data de vencimento da aplicação, pois estão atreladas à indexadores variáveis, caso haja a necessidade ou vontade de conhecer no momento em que o investimento é realizado, qual será a quantia a ser recebida, o investidor deve buscar os títulos oferecidos pelo Tesouro Direto ou pelas instituições financeiras que tem sua rentabilidade calculada a partir de um percentual da própria quantia aplicada, esses são os investimentos de rentabilidade pré-fixada.

Maior cautela e estudo prévio das condições macroeconômicas são essenciais antes de concretizar o investimento em títulos pré-fixados, pois como a rentabilidade é constante e engessada em um valor percentual, há riscos de perdas inflacionárias. É aconselhável que se aplique recursos dessa forma por períodos não muito longos, não superiores a 2 anos, deve-se observar se é permitido o resgate antecipado sem perda de capital, para que se possa repensar a estratégia em casos de mudanças nos percentuais de inflação que prejudiquem o investidor.

No gráfico 3, simula-se, agora, aplicação em uma LCI, no valor de R\$ 1.000,00, com rentabilidade de 6% ao ano sobre o valor aplicado, por um período de 24 meses. Utiliza-se aqui, a fórmula de juros compostos esmiuçada acima.

Gráfico 3 – Simulação de investimento



Fonte: Autoria própria, 2019

O valor de R\$ 1.123,60 será conhecido no momento da aplicação, já que o indexador de rentabilidade está atrelado exclusivamente ao próprio valor da aplicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de tornar viável a montagem de vários planos de investimentos, com diversos objetivos, essa pesquisa buscou averiguar a importância e influência que o planejamento no sentido amplo exerce sobre a vida humana, além das consequências de sua ausência.

Houve sucesso na identificação das possibilidades de investimentos ofertadas pelas instituições financeiras privadas e instituições públicas, como o Tesouro Nacional. No que diz respeito ao discernimento dos perfis de investidor, deve-se constar que não houveram grandes dificuldades para encontrar as diferenças entre os 3 principais tipos de pessoas que buscam

investir, ou já o fazem.

Logo, o desenvolvimento da presente pesquisa possibilita ao receptor a análise de estratégias que podem ser adotadas por quem deseja realizar investimentos em aplicações de renda fixa. O enfoque nos títulos disponíveis no campo da renda fixa e nos seus indexadores fortaleceram a construção de tais caminhos. Esclareceu-se porém, que a montagem de estratégias exitosas de investimentos exige mais do que conhecimentos sobre os títulos disponíveis, seus indexadores e o perfil do investidor.

A satisfação das demandas do ser humano como parte integrante da sociedade mostrou-se como o fator de maior complexidade no que diz respeito à busca por estratégias de investimentos, os objetivos são dos mais diversos tipos e escalas, é preciso adequá-los a realidade, redirecionar as vontades quando necessário, e em situações mais delicadas, entende-se que o melhor é mudar os conceitos de bem estar financeiro. Além disso, deve-se considerar que o comportamento humano pode apresentar variações que podem implicar em tomadas de decisões incorretas.

Com isso, é de considerável relevância a continuidade e aprofundamento dos estudos acerca do tema abordado nessa pesquisa, tendo em vista que a educação financeira como um todo e a forma como o homem busca satisfação social apresentam um alto grau de dinamicidade e amplitude, o que implica em uma necessidade constante de atualizações e revisões do conhecimento já desenvolvido. Ir além é importante, criar novos estudos em consonância com sua época tornarão o tema aqui tratado mais palatável aos que se utilizarão desses conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVFN, Indicadores Econômicos. Disponível em: <<https://br.advfn.com/indicadores>>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

_____. **Tributação em Fundos de Investimento:** Imposto de Renda. Disponível em: <<https://br.advfn.com/investimentos/fundos/imposto-de-renda>>. Acessado em: 10 de outubro de 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Mercado Financeiro.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais.** Brasília: BCB, 2013. 72p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acessado em: 01 de novembro de 2019.

BANCO DO BRASIL. **Cartilha de Poupança.** Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/CartilhaPoupanca.pdf>>. Acessado em: 01 de novembro de 2019.

_____. **Taxa SELIC.** Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>. Acessado em: 20 de outubro de 2019.

_____. **Perfil do Investidor.** Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/TitulosTesouro.pdf>>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

BESSADA, Octavio; BARBEDO, Claudio; ARAÚJO, Gustavo. **Mercado de Derivativos no Brasil: Conceitos, Operações e Estratégia**. 3ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2009. BRASIL, Lei N° 11.033 de 21 de Dezembro de 2004. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11033>. Acessado em: 20 de Outubro de 2019.

CAMARGO, Harion. **Apostila de Investimentos**. Disponível em: <https://www.harioncamargo.com/pdf/apostila_investimentos_porHarionCamargo.pdf>. Acessado em: 01 de novembro de 2019.

CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F.. **Mercado de Capitais**. 7 ed. Rio de Janeiro, Elsevier 2009.

CHEROBIM, A. P.M. S., ESPEJO, M. M. dos S. B. **Finanças Pessoais: conhecer para enriquecer**. São Paulo: Atlas, 2010.

FGC. **Fundo Garantidor de Crédito: quem somos**. São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.fgc.org.br/sobre-o-fgc/quem-somos>>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

FONSECA, J. J. S. D. F. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA**. Fortaleza: [s.n.], 2002. GIL, A. C. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 6°. ed. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.

GM BRAIDO. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Rio Grande do Sul, v.21, n.1, 2014. ISSN 1983 036X. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/viewFile/601/591>>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

GOLDENBERG, M. **A ARTE DE PESQUISAR**. 8°. ed. RIO DE JANEIRO: RECORD, 1997.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**. Brasília, 2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

JEVINSKI, E. L. **Um Estudo de caso envolvendo o investimento de recursos no cultivo de soja, na caderneta de Poupança ou em uma Letra de Crédito do Agronegócio**. MBA em Controladoria e Finanças. São Leopoldo, 2016. Unidade Acadêmica de Educação Continuada: UNISINOS, 2016. Disponível em: < http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6448/Eduardo%20Luiz%20Jevinski_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 05 de novembro de 2019.

LIMA, F. G. **Um método de análise e previsão de sucessões cronológicas unidimensionais lineares e não lineares**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2004. 228 f. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade: Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <<10.11606/T.12.2004.tde-30092005-143439>>. Acessado em: 11 de outubro de 2019.

LHC FARIA. Planejamento financeiro pessoal. Monografia (Graduação) – Curso de Administração do UniCEUB. **Repositório institucional UniCEUB**. Brasília, 2008. Disponível: <<http://repositorio.uniceub.br/handle/235/8984>>. Acessado em: 28 de outubro de 2019.

LUCK, Heloísa. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Revista Gestão em Rede**, n.19, abril, 2000. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/luck_planejamento.pdf>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

MARTINS, Fran. **Comentários à lei das sociedades anônimas**. 3. ed. Rio de Janeiro: MENDONÇA, Fernando. Debêntures. São Paulo: Saraiva, 1988.

OLIVEIRA, Celso Marcelo. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

PEIXOTO, F. de Jesus; ORTI, P. G. Dell; SANCHES, A. Leme. Análise da Necessidade e Periodicidade de Resgates para Aportes Periódicos Mensais em CDB. **Revista Científica da FAEX**. 2º edição. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17858292-Analise-da-necessidade-e-periodicidade-de-resgates-para-aportes-periodicos-mensais-em-cdb.html>>. Acessado em: 01 de novembro de 2019.

Renda Fixa: conheça as principais vantagens e desvantagens. in: **Blog Focalise**. 2017. Disponível em: <<https://blog.focalise.com.br/renda-fixa-vantagens-e-desvantagens/>>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

RESENDE, A. K. de Sousa. **Uma análise empírica do funcionamento e importância do Fundo Garantidor de Crédito no Brasil e no mundo**. Instituto de Economia E Relações Internacionais. Uberlândia, 2018. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas). Instituto de Economia E Relações Internacionais: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22137>>. Acessado em: 05 de novembro de 2019.

SILVA, M. R. F.; SOARES, C. B. A. A importância do planejamento financeiro familiar na realização de projetos e sonhos. **Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG**, v.3, Pirenópolis, 2016. ISSN 2447 8687. Disponível: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/8444>>. Acessado em: 27 de outubro de 2019.

TESOURO DIRETO. **Conheça todos os títulos do Tesouro Direto**. Disponível em: <<https://www.tesourodireto.com.br/titulos/tipos-de-tesouro.htm>>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

TOLÊDO, José Humberto Dias de. Educação Financeira. Palhoça: Livro Didático, 2015. 114 p

TUSSET, Tamara. **Análise do perfil dos investidores de uma cooperativa de crédito**. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. 2014. 23f. Pós Graduação em Finanças e Mercados de Capitais. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas: Universidade Federal do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2581>>. Acessado em: 01 de outubro em 2019.

USHIWA, Bruna H. et al. **O comportamento e perfil do investidor frente aos riscos de investimentos em ações**. São Paulo. 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2074398-O-comportamento-e-perfil-do-investidor-frente-aos-riscos-de-investimentos-em-acoes.html>>. Acessado em: 01 de outubro de 2019.

WEEKS, Marcus. **Se liga no dinheiro**. 1. ed – São Paulo: Globo, 2017. ISBN 9788525064158.